



INÊS É MORTA! A TRAGÉDIA DE INÊS PIRES DE CASTRO ENTRE A NARRATIVA LITERÁRIA E A HISTÓRIA

Rodrigo Medina Zagni*
Universidade de São Paulo – USP
rodrigo.historia.usp@gmail.com

RESUMO: Apresentamos esse breve estudo sobre as representações da morte de Inês Pires de Castro na crônica de Rui de Pina (c.1440 – c.1522), nas “Trovas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Inês de Castro, que El-Rei Dom Afonso, o Quatro de Portugal, matou em Coimbra, por o Príncipe Dom Pedro, seu filho, a ter como mulher e pólo bem que lhe queria nam queria casar, endereçadas às damas”, de Garcia de Resende (1470 – 1536), e finalmente do canto III da obra “Os Lusíadas”, de Luís Vaz de Camões (c.1525? – 1580), estabelecendo relações entre as narrativas literárias elencadas e a narrativa histórica, por meio do cruzamento e análise das informações contidas nas obras.

PALAVRAS-CHAVE: Inês de Castro – Infante D. Pedro – D. Afonso IV

ABSTRACT: We present this briefing study about the representations of Ines Pires de Castro's death in the chronicle of Rui de Pina (c.1440 – c.1522), in the “Trovas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Inês de Castro, que El-Rei Dom Afonso, o Quatro de Portugal, matou em Coimbra, por o Príncipe Dom Pedro, seu filho, a ter como mulher e pólo bem que lhe queria nam queria casar, endereçadas às damas”, of Garcia de Resende (1470 – 1536), and finally of chant III of the piece “Os Lusíadas”, of Luis Vaz de Camões (c.1525 – 1580), establishing relations between the literary narratives mentioned and historical ones, by means of the crossing and analysis of the information contained in the pieces.

KEYWORDS: Inês de Castro – Infante D. Pedro – D. Afonso IV

**Vidi dall'altra parte giunger quella – Che trae
l'uom del sepolcro, e 'n vita il serba.**
(Trionfo della Fama)*

Petrarca

* Doutorando em Práticas Políticas e Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

* Segundo a tradução portuguesa: “Vi d'outra parte apparecer aquella – Que os mortos do sepulchro torna á vida [...] que he a fama, fazendo-os viver na memoria dos homens...”. Referida passagem de Petrarca é apropriada pelo Prof. Otoniel Mota no exercício interpretativo dos vs. 933 e 934 do Canto III de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões: “... da memória que do sepulchro os homens desenterra...”; CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 126.

Erro comum de historiadores, até mesmo em estudos recentes, consiste na crítica a obras literárias que se apropriam de bases históricas para sua composição, apontando eventuais contradições entre a romantização do fato e o fato em si, para finalmente concluir que não se trata de um registro histórico; fato óbvio e já sabido pelos literatos.

A essa questão propomos, em vez de corroborar com o divórcio entre a literatura e a História, buscar relações nesses campos complementares, a fim de empreendermos um estudo comparativo.

Acreditamos ser o tema relevante exatamente em função da necessidade de se estabelecer que a obra literária não tem obrigações limítrofes com a História, mas a História pode muito bem se servir dessas obras como fontes para estudos da época, não só de que trata a obra, mas de sua composição.

Sua relevância se prende ainda ao fato de que esse mesmo tema tem sido largamente utilizado tanto por historiadores como por escritores dos mais diversos matizes, muitas vezes sem tomar emprestados os resultados alcançados, e dada a atualidade com que o tema vem sendo suscitado e re-significado, achamos pertinente retoma-lo sob esse viés.

A história do amor entre Inês de Castro e o Infante D. Pedro, o casamento secreto, o assassinato de Inês e a vingança do infante continuam emocionando leitores do mundo inteiro e estimulando a busca pelas raízes históricas dessas obras, tentando determinar o que é lenda e o que é fato, quando esse tipo de distinção não é mais possível.

O próprio Pedro de Maris, Escrivão da Torre do Tombo e responsável pela impressão da “Chronica de ElRey Dom Afonso o Quarto do nome e Settimo dos Reys de Portvgal”, de Rui de Pina,¹ chama a atenção para as tendências seguidas pela linha historiográfica daquele período, evidenciando exatamente que não há como distinguir a “verdade” dos eventos possíveis sob análise:

¹ PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977. Convém citarmos aqui que, segundo Pedro de Maris, Escrivão da Torre do Tombo responsável pela impressão da “Chronica de ElRey Dom Afonso o Quarto do nome e Settimo dos Reys de Portvgal” – em 1653, de Rui de Pina –, Damião de Góis teria se referido, ao tempo de D. Manoel IV, que Rui de Pina (Cronista-mor do reino e Guardamór da Torre do Tombo no tempo dos reis D. João II e de D. Manoel) teria se “aproveitado da honra e do trabalho alheio”, dizendo que teria re-escrito a crônica de Fernão Lopes, igualmente Cronista-mór e Guardamór da Torre do Tombo) ao que preferimos não entrar no mérito, sendo certo que há informações relevantes em ambas as crônicas, em especial complementares na de Rui de Pina. (Ibid., p. 326).

E pois confessa [Rui de Pina] que era costume daquelle tempo admitirem os Autores nas historias cousas que hoje parecem patranhas, dahi se mostra que o nosso Conde D. Pedro se algumas admitio não foi leuado a isso de malicia, nem de querer fingir, ou trocar a verdade, senão do costume daquelles tempos dar credito a cousas a que hoje o não querem dar por difficultosas de crer, o que muitas vezes he tambem causado da mudança dos tempos, pois muitas temos visto que os antigos não crião, nem cuidauão, & outras poderiaõ acõtecer então que nós hoje temos por quasi impossueis... Não pòdem os Autores mortos fallar por si, & nem de todas as cousas antigas se pòde dar rezão, auendo acontecido no mundo algumas muito extraordinarias, pelo que se não pòdem reprovar os Autores antigos senão com outros que o sejão mais que elles, ou com prouas clarissimas, ou sendo as cousas de todo impossueis.²

No drama de Inês de Castro encontramos todos os elementos de uma tragédia onde a vida imitou a arte: o amor secreto e não aceito por interesses políticos, a conspiração, o assassinato e a vingança proporcional à infâmia.

Esperamos com essa análise contribuir na articulação entre algumas das várias versões existentes sobre o tema, da historiografia até as obras lendárias, que tratam o assunto de forma maravilhosa, grandiloquente e epopéica. O faremos reportando-nos a fontes de naturezas distintas, como já dissemos: uma historiográfica (Rui de Pina) e duas literárias (Garcia de Resende e Luís Vaz de Camões).

Faremos uma trajetória cronológica, seguindo a ordem lógica dos eventos sob estudo, procurando relacionar os diferentes pontos de vista e abordagens. Desta forma os autores mencionados se sucederão e não faremos, portanto, um estudo apartado de suas obras, mas tentaremos emaranhá-las a uma narrativa linear, na ordem natural em que os fatos “possam” ter ocorrido.

O CONTEXTO POLÍTICO DO REINADO DE AFONSO IV

O reinado portugalense de Afonso IV (1325-1357) compreendeu um período de conturbadas relações com Castela, reino vizinho, que tinha como rei D. Afonso X, genro e ao mesmo tempo sobrinho do rei português – uma vez que se casara com D. Maria, sua própria prima, filha de Afonso IV. A rivalidade existente entre os Afonsos era acentuada pela perene idéia de união das duas coroas.³

² PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 332.

³ Assim afirma SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d, p. 24-27.

A tendência de união das coroas ibéricas se dava mais em razão do grau de parentesco entre os próprios monarcas dos dois reinos, construída por meio de casamentos decorrentes de uma rede de alianças desenhada por famílias nobiliárquicas e ordens que pretendiam a mesma união. A própria esposa de Afonso IV, Rainha Dona Briatis, era filha do Rei D. Sancho de Castela e irmã de D. Fernando, que sucederia seu pai no trono castelhano, antes de Afonso X. Desta forma poderiam ser reivindicados eventualmente direitos de sucessão no caso dos descendentes tanto de Castela como de Portugal, em favor de uma eventual união das coroas.

Essa relação conturbada entre os dois Afonsos, o IV de Portugal e o X de Castela, seria atenuada em 1340 com o auxílio enviado pelo rei português ao rei castelhano, quando foram vencidos os muçulmanos: Miramamolim de Marrocos e os exércitos liderados pelo Rei de Grada, na batalha de Salado.

Mas o fato que marcaria mais profundamente o reinado de Afonso IV para a posteridade seria a morte de Inês de Castro, após seu envolvimento amoroso com D. Pedro, filho varão e herdeiro direto na linhagem régia.

O CASAMENTO DE D. PEDRO COM D. CONSTANÇA MANOEL E OS AFETOS COM A DAMA DE COMPANHIA

Nascido em Coimbra, aos 9 de abril de 1320, o infante D. Pedro é descrito por Fernão Lopes como violento, colérico, de modos plebeus e até mesmo semilouco. Mas a história que protagonizaria dar-lhe-ia a adjetivação de justo, fazendo-o cair nas graças populares, segundo o mesmo cronista.

Inês Pires de Castro, de nobre linhagem⁴ e refinada beleza,⁵ era dama de companhia da Infanta D. Constança Manoel – filha de D. João Manoel de Castela.

⁴ A respeito da linhagem nobiliárquica de Inês Pires de Castro, convém citarmos aqui: “E pera mais declaração da geraçam desta Dona Ines de Castro, que depois de sua morte foy avida, & sepultada por Raynha de Portugal. He de saber que Dom Fernão Rodrigues de Castro, vassallo de elRey de Castella, gram senhor no Reyno, foy cazado com Dona Violante Sanches, filha bastarda de elRey Dom Sancho de Castella, & irmãs da Raynha Dona Beatris molher que foy de elRey Dom Affonso de Portugal, & della ouve hum filho Dom Pedro Fernandes de Castro, que disserão da Guerra, primo cõ irmão do Infante Dom Pedro de Portugal, o qual era grande senhor em Galiza, & foy Camareyro mór deste Rey Dõ Affonso de Castella, & adiantado mór da frontaria, & morreo de sua doença no cerquo de Aliazira, quando este Rey a tomou aos Mouros [...] & foy cazado com Dona Izabel, filha de Dõ Pedro Ponce, & de Dona Sanches Gil, que foy nesta de D. Pero Rodrigues de Pereyra, & ouve della estes filhos legitimos, a saber Dõ Fernão de Castro, que desterrado de Castella, & Portugal, por seguir a parte de elRey Dõ Pedro, cõtra elRey Dõ Anrique seu irmão morreo depois em Ingalaterra, & D. Ioana de Castro, & ouve hu filho bastardo que disserão D. Alvaro Pires de Castro, que foy Condestable de Portugal, & o primeyro Conde de Arrayolos, & Alcayde mór de Lisboa, & com sua

Mudou-se para Portugal quando esta se casara com D. Pedro, quando tinha o herdeiro do trono português ainda 17 anos.

Foi, a pedido de sua ama, madrinha do primeiro filho do casal, D. Luis, que morreria logo após o batismo.

Antonio Sérgio atribui o convite ao fato de D. Constança já ter percebido a paixão entre D. Pedro e Inês, estabelecendo a partir daí um vínculo de parentesco espiritual que inviabilizaria uma possível oficialização do amor entre ambos.⁶ O que denuncia essa possibilidade é exatamente o relato de Rui de Pina, que faz menção à resistência de Inês à sua participação no batismo, e que teria sido forçada a fazê-lo.⁷

O mesmo autor afirma que os afetos demonstrados por D. Pedro a Inês de Castro resultariam em seu conseqüente envolvimento amoroso.⁸

O casamento entre D. Pedro e D. Constança agravaria ainda mais as relações ibéricas, por conta de D. João Manoel (pai da infanta) ter negado o casamento de sua filha com o Rei D. Afonso X de Castela, preferindo seu casamento com D. Pedro, herdeiro do trono lusitano. Isso repercutiu negativamente também em Portugal, uma vez que, como dissemos, Afonso X era casado com a filha de Afonso IV, D. Maria, e manifestava desta forma claramente o desejo de enviá-la de volta a Portugal, com a intenção de contrair novo matrimônio.

O casamento era ainda mal visto pela família real castelhana em virtude de ter sido tentado matrimônio de D. Pedro com a Infanta D. Branca, filha de D. Pedro de Castela, seu tio; que acabou não se concretizando pela negativa do herdeiro do trono

neta cazou Dom Fernando Marques de Villaviçosa, que depois foy Duque segundo de Bragança, & segundo Cõde de Arrayollos, & desta causa creo que procede a diferença das armas dos de Castro em Portugal acerca do conto das arruellas, porque ainda que todos descende de Com Pedro de Castro que disseram da guerra; porem os da parte de Dom Aluaro Pires seu irmão, eram bastardos, & pola bastardia mingoaram do cõto, & traziam seis, porque este Dõ Aluaro Pires antes de ser feito Cõdestable, & Conde de Arrayollos, non se chamaua de Som por ser bastardo, & seu irman Dom Fernando, por ser legitimo sempre se chamou, & intitulou de Dom”. PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 460; 461.

⁵ Assim observa, segundo apontamentos de época, MOTA, Otoniel. Comentário. CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 127 – nota de rodapé, 281.

⁶ SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d, p. 25.

⁷ PINA, 1977, op. cit., p. 459.

⁸ Ibid.

português, alegando incapacidade de matrimônio⁹ de sua pretendente, o que acabou por frustrar uma expectativa de ambas as coroas pelos dotes, ou seja, vilas e terras prometidas em contratos, tanto em Portugal como em Castela.

Como fruto do casamento de D. Pedro com D. Constança nasceram dois filhos homens e uma mulher: o Infante D. Luis, que como dissemos faleceu logo ao tempo do batismo; o futuro sucessor de D. Pedro, D. Fernando (n. 1345); e a Infante D. Maria, que se casou com o Infante D. Fernando de Aragão, Marquês de Tortosa e senhor de Albarazim, filho do Rei D. Afonso de Aragão e sobrinho do Rei Dom Afonso de Castela.

Após o nascimento da Infanta D. Maria, D. Constança, mesmo muito jovem e aparentemente saudável,¹⁰ morreu. Depois de sua morte teria sido imposto por Afonso IV novo matrimônio a D. Pedro; contudo este negara para desgosto do pai, que temia pelo fato de uma escolha mal engendrada acarretar em perda política de direito de sucessão ao trono no futuro, sob pena de findar sua dinastia e propiciar desta forma qualquer tipo de golpe de grupos rivais, principalmente castelhanos.

O CASAMENTO SECRETO

A negativa do Infante devia-se ao fato de ter contraído casamento secreto com Inês de Castro, ao que se oporia certamente o rei português em virtude de não ser Inês filha legítima de D. Pedro de Castro, fruto de seu amor com uma manceba, o que poria em dúvida sua linhagem nobiliárquica. A esse tempo tinha D. Pedro 34 anos e o rei ainda pretendia casá-lo com pretendentes nobres, atendendo a interesses políticos da coroa.

⁹ A esse respeito, ver PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 351; 352.

¹⁰ Ibid., p. 459.

O GOLPE, O JULGAMENTO E A SENTENÇA

Em 1355 seguiu-se uma tentativa de golpe, por parte de fidalgos castelhanos no sentido de depor seu rei, no que teria tomado parte Inês de Castro e seus irmãos, D. Fernando de Castro e D. Alvaro Pires de Castro – influentes em Castela –, com a ambição de fazer subir ao trono o príncipe D. Pedro (filho de Afonso X) e enfim unificar as coroas a partir da hegemonia castelhana, em prejuízo da soberania lusitana.

Por determinação de Afonso IV foi constituído um conselho de Estado e submetida a julgamento Inês de Castro, acusada de atentar desta forma contra a independência nacional portuguesa, pois haveria a intenção, segundo a acusação, de tentar promover a união das coroas após o golpe em Castela.

O próprio rei se encarregou de acompanhar o cumprimento da sentença, viajando de Montemor-o-Velho para Coimbra, com seu corpo de conselheiros.

A QUASE-PIEIDADE E A EXECUÇÃO DE INÊS

Foram, em missão real, ao encontro de Inês de Castro nas casas do Mosteiro de Santa Clara, sendo recebidos pela condenada junto de três crianças do sexo masculino, infantes filhos de sua união secreta com D. Pedro. Inês soubera da vinda do rei e de sua intenção de matá-la, mas em vão tentou persuadi-lo.

Pedro Coelho, Álvaro Gonçalves¹¹ e Diogo Lopes Pacheco foram os conselheiros responsáveis pela execução de Inês de Castro.

O rei ignorou suas súplicas; segundo a maior parte dos registros históricos trabalhados nesse estudo, contradizendo sua decisão anterior, que concedia direito de vida à condenada. Sua mudança de decisão seria decorrente das pressões exercidas pelo conselho, desejoso pela execução de Inês.

Camões identifica a mesma piedade do rei em relação à Inês de Castro, pelo fato de ser mãe de quatro filhos de D. Pedro, netos de D. Afonso; porém, atribui sua execução às pressões exercidas por agentes externos, que acabaram por persuadi-lo:

Trazião-na os horrificos algozes

¹¹ Antonio Sérgio (SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d.), refere-se a esse conselheiro como Afonso Gonçalves; porém, Otoniel Mota, (CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 132 – nota de rodapé, 309) refere-se à mesma pessoa como Álvaro Gonçalves, bem como o faz Rui Pina (PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 466).

Ante o Rei, já movido a piedade;
Mas o povo com falsas e ferozes
Razões é morte crua o persuade.
Ella com tristes e piedosas vozes,
Saidas da magoa e saudade
Do seu Príncipe e filhos, que deixava,
Que mais que a propria morte a magoava.¹²

Ainda em relação ao julgamento de Inês de Castro, trabalhou o mesmo poeta quatro estrofes atribuídas à condenada, argumentando contra sua sentença de morte em tom de súplica, das quais transcrevemos parcialmente três:

O' tu, que tens de humano o gesto e o peito
- Se de humano he matar hua donzella
Fraca e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la –,
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens á morte escura d'ella;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.

E se vencendo a Maura resistencia
A morte sabes dar com fogo e ferro,
Sabe tambem dar vida com clemencia
A quem para perdê-la não fez erro;
Mas se t'ó assi merece esta innocencia,
Põe-me em perpetuo e misero desterro,
Na Scythia fria ou lá na Libya ardente,
Onde em lagrimas viva eternamente.

Põe-me onde se use toda a feridade,
Entre liões e tigres, e verei
Se nelles achar posso a piedade
Que entre peitos humanos não achei...¹³

Vale ressaltar que, segundo Camões, Inês teria utilizado a maternidade, fruto do amor vivido secretamente com D. Pedro, na tentativa de persuadir o rei, propondo o desterro permanente em troca de sua vida, o que foi também em vão.

Garcia de Resende dá voz à Inês, em sua súplica ao Rei, da mesma forma apelando para seu lado paternal e argumentando sobre a infelicidade que sua morte traria a D. Pedro.

Olhe bem quanta crueza
faraa nisto Voss'Alteza
e também, Senhor, olhai

¹² CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 128.

¹³ Ibid., p. 129.

pois do Príncipe sois pai,
nam lhe deis tanta tristeza.¹⁴

Para o mesmo literato, Afonso IV teria sido persuadido pelos apelos de Inês de Castro; porém, seus conselheiros fizeram-no mudar de idéia, deliberando o rei por sua execução. O argumento utilizado pelos conselheiros seria a legitimidade do poder real, se suscetível às súplicas de uma simples dama castelhana a ordem régia seria ineficaz com qualquer súdito, conforme alegavam – provavelmente Pedro, Alvaro e Diogo, apesar de Garcia de Resende não fazer menção a nomes.

U daqueles que trazia
consigo na companhia,
cavaleiro desalmado,
detrás dele mui irado
estas palavras dizia:

- Senhor, vossa piedade
é dina de repreender,
pois que sem necessidade
mudaram vossa vontade
lagrimas d’ua molher!

[...]
Se a logo nam matais,
nam sereis nunca temido
nem faram o que mandais,
pois tam cedo vos mudais
do conselho qu’era havido.¹⁵



O literato Antônio Ferreira, em sua obra “Castro”, descreve a execução de Inês a golpes de espadas rasgando-lhe a garganta. Os golpes, segundo as crônicas aqui trabalhadas, teriam sido desferidos por Pedro Coelho, Alvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, que desta forma teriam ceifado-lhe a vida de forma violenta e sangrenta.

Aquella alva garganta
De cristal, ou de prata,
Que sostém a cabeça
Tão alva e tão dourada,
Porque cortar a queres
Com golpe tão cruel?¹⁶

¹⁴ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 304.

¹⁵ Ibid., p. 305-306.

¹⁶ FERREIRA, Antônio aput por MOTA, Otoniel. Comentário. CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 130 – nota de rodapé, 302. As obras, v. 1043.

Garcia de Resende não menciona o corte na garganta de Inês. Afirma que seu coração fora transpassado por duas espadas, empunhadas por dois cavaleiros.

Dous cavaleiros irosos,
que tais palavras lh'ouviram,
mui crus e nam piadosos, perversos, desamorosos, contra mim rijo se
viram.
Com as espadas na mam
m'atravessavam o coraçam...¹⁷

É provável que, novamente sem citar nomes, o literato tenha se referido à Pedro Coelho e Álvaro Gonçalves – meirinho mor –, efetivamente os conselheiros que teriam sido capturados e submetidos à vingança de D. Pedro. Omite-se aqui, provavelmente, Diogo Lopes Pacheco, na figura do terceiro conselheiro que teria participado da execução de Inês e Castro, pelo fato de ter se esquivado à ira de Pedro, fugindo quando soube de sua ordem de prisão. Segundo Rui de Pina¹⁸, o mesmo Diogo, filho de Lopo Fernandes Pacheco – senhor de Ferreira –, havia sido o principal responsável pela morte de Inês, e o que maior influência teria exercido sobre o rei.

AS EXÉQUIAS DE INÊS E A IRA DE D. PEDRO

O corpo de Inês de Castro foi enterrado no mosteiro de Santa Clara, de onde sairia somente três anos depois, já com D. Pedro como rei de Portugal.

Antonio Ferreira atribui a D. Pedro, ao saber da morte de sua amada, incomensurável desespero, dando-lhe voz em sua obra literária:

Arranquem-me a vontade dêste peito,
Arranquem-me do peito esta alma minha.¹⁹

Contudo, há registro de Rui de Pina²⁰ dando conta de que D. Pedro já havia sido avisado quanto aos riscos de morte que sofria Inês, não só pela existência de um possível herdeiro para sua sucessão na linhagem de Inês de Castro – o primogênito do casal –, mas pela possibilidade de seus irmãos poderem atentar contra a sucessão

¹⁷ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 307.

¹⁸ PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 466.

¹⁹ FERREIRA, Antônio apud MOTA, Otoniel. Comentário. In: CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 129 – nota de rodapé, 297. Vontade, v. 1021.

²⁰ PINA, 1957, op. cit., p. 465.

hereditária e reivindicarem, pela força, direitos ao trono português, uma vez que contavam com apoio de nobres castelhanos.

É importante sublinhar que Garcia de Resende não mencionou e ainda se esquivou do debate sobre um possível golpe, engendrado por Inês de Castro e seus irmãos, atentando contra a independência lusitana em desfavor do reinado de Afonso IV. O mesmo aconteceu com Luís de Camões.

Não podemos associar esse silêncio à possibilidade de os fatos não terem ocorrido, mas mais acertadamente a tendência literária do período, que preferia a associação da tragédia às motivações de cunho pessoal, seguindo um modelo de narrativa ultra-romântica e nada política.

Garcia de Resende, por exemplo, fez menção aos motivos da execução de Inês, exclusivamente, à negativa de D. Pedro de se casar com a pretendente indicada por Afonso IV, se referindo aos motivos políticos apenas na forma de que Inês “... nos querer [aos conselheiros e ao Rei] / muita guerra com Castela.”²¹

Rui de Pina, ao se referir a outro momento da história do reinado portugalense, quando D. Pedro negava casar-se com D. Branca, deixou evidente a preocupação de Afonso IV com o futuro de seu reino a partir das escolhas de matrimônio de seu filho herdeiro, temendo “... couza que fosse contraria a sua honra, & estado em dano, & perda do Reyno”.²² Se tido esse comportamento como característico de Afonso IV, explicaria sua reação ao saber do casamento de D. Pedro com Inês de Castro, e o quanto isso representaria uma ameaça ao seu reino, o que levaria a sua execução.

Inconformado com a morte de Inês, D. Pedro teria se aliado aos seus cunhados, D. Fernando e D. Alvaro Pires, e com a união de suas tropas iniciaram sua vingança pelo Douro, Minhos e Tralos Montes, onde pilharam, saquearam e mataram, com o intuito claro de tomar o Porto, ao que foram persuadidos somente pelo Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereyra.

²¹ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 306.

²² PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 356.

PAI E FILHO RECONCILIADOS E O CÍNICO “PERDÃO TOTAL”

O mesmo arcebispo, a quem D. Pedro tinha grande afeição e respeito, junto da rainha D. Beatris, aos 5 de agosto de 1355, no Burgo de Canavezes, promoveram a paz entre D. Pedro e D. Afonso IV, entre filho e pai. Isso implicava não só na trégua das forças de D. Pedro, Fernando e Álvaro, mas no perdão “total” do príncipe a todos os envolvidos na morte de Inês de Castro, com o que surpreendentemente concordou o herdeiro do trono português, aparentemente relegando sua vingança, ao que veremos apenas adiada. Da mesma forma, Afonso IV perdoou oficialmente todos os envolvidos na tentativa de tomada do trono português, inclusive os irmãos de Inês.

E estes concertos se fizeram e Canavezes onde o Infante jurou persi, não sendo ahy elRey, o qual dispois as aprouou, & jurou em Sam Francisco de Guimarães, & a Rainha tambem despois em São Domingos da Cidade do Porto, & todo no anno sobredito.²³

A ASCENSÃO AO TRONO E A RAINHA-MORTA

Em 1357, apenas dois anos depois da morte de Inês de Castro, D. Pedro, com 37 anos, ascendeu ao trono, após a morte do pai.

Há registros que dão conta do anúncio de D. Pedro, em referência ao casamento secreto com Inês de Castro, em duas oportunidades distintas, na presença de tabeliães e nobres: em Coimbra e Cantanhede. Isso acontecia três anos depois de ter subido ao trono, o que causou desconfiança por parte da nobreza lusitana, em função da demora do anúncio.

Corroborado por testemunhas, declarou ter se casado com Inês, e que, mesmo morta, seria ela a Rainha de Portugal e seus filhos infantes.

Quatro foram os filhos reconhecidos da união secreta: D. Afonso, o primogênito e que muito jovem morreu ainda em Portugal; D. João e D. Dinis que foram desterrados e viveram seus últimos dias em Castela; e a Infanta D. Beatris, que se casou com D. Sancho, Conde de Albuquerque e filho bastardo do rei D. Afonso de Castela.

²³ PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 468.

ÊN FIM A VINGANÇA

A vingança de D. Pedro teria início com a entrega de dois dos assassinos de Inês de Castro pelo rei de Castela, onde se escondiam Pedro Coelho, Afonso Gonçalves e Diogo Lopes de Pacheco, sendo que este, como vimos, logrou fugir.

A captura de Pedro Coelho e Afonso Gonçalves deu-se graças ao apoio político de outro Pedro: D. Pedro I, o Cru, Rei de Castela que com apenas 15 anos sucedera seu pai, Afonso X, morto pela peste no cerco que empreendia a Gibraltar – em 1350.

A entrega dos assassinos foi concretizada somente com a troca por criminosos de Castela exilados em Portugal e vice-versa. Isso foi visto com péssimos olhos pelos fidalgos castelhanos, uma vez que os assassinos de Inês haviam recebido asilo naquele reino, para então serem aprisionados e remetidos a Portugal para sua cabal execução por parte de D. Pedro, de Portugal, o que contrariava os tratados de concessão de asilo político em Castela.

Ponto polêmico e largamente explorado pela literatura que se seguiu a Fernão Lopes e Rui de Pina diz respeito à vingança de D. Pedro, que dão conta de que o coração de ambos teria sido arrancado de seus corpos. Segundo Antonio Sérgio, por exemplo, D. Pedro

... obteve do rei de Castela a entrega dos assassinos, que andavam fugidos naquele reino, e mandou mata-los na sua presença, tirando-se a um o coração pelo peito, e ao outro, pelas costas.²⁴

Para Fernão Lopes a punição dada por D. Pedro aos assassinos repercutiu por toda Portugal como uma vendeta à altura da infâmia praticada pelos conselheiros.

Já na obra “Os Lusíadas” não há menção alguma a respeito da execução dos assassinos de Inês.

No “Cancioneiro Geral de Garcia de Resende” temos a menção – não nominal – de que um dos assassinos teria sido “espedaçado”, e de fato o outro teria tido o coração arrancado pelas costas:

A u fez espedaçar
e à outro fez tirar
por detrás o coraçam.²⁵

²⁴ SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d., p. 25.

²⁵ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 309.

A DIFUSÃO DA NARRATIVA E O EFEITO POLÍTICO DA COROAÇÃO DE UM CADÁVER

A admiração popular, pela difusão das muitas narrativas sobre o drama de Inês de Castro, fez com que o reinado de D. Pedro tivesse um alto índice de aprovação popular, ainda que apontado como “plebeu de modos” ou “galhofeiro” por Fernão Lopes, pelo povo comum seu reinado era visto com admiração: “... diziam as gentes que tais dez anos nunca houve em Portugal como estes que reinara el-rei D. Pedro”.²⁶

Cinco anos depois da tragédia que vitimou sua esposa, D. Pedro ordenou, com toda a pompa, que o corpo fosse transportado em solene procissão, de Coimbra até o mosteiro de Alcobaça, onde se fez o mausoléu que abrigou o corpo de Inês de Castro.

A nave central da igreja destinada a receber os restos mortais de Inês passou a ser cortada, próxima ao altar, pelo transepto, dando-lhe o formato de cruz. Exatamente em um dos lados do transepto foi depositado o seu corpo no mausoléu, e logo a sua frente, portanto do lado oposto da nave principal, um outro mausoléu, destinado a receber o corpo de D. Pedro, foi construído, e de fato o recebeu após sua morte.

Os corpos teriam sido dispostos de forma que, acreditando-se na ressurreição dos mortos para o juízo final (conforme preconiza o cristianismo), quando D. Pedro e Inês de Castro se levantassem de seus túmulos, ficariam frente a frente mais uma vez. Assim sendo, a primeira visão que teriam ao ressuscitar seria um do outro.

Há a difusão do mito de que D. Pedro teria feito do cadáver de Inês sua rainha, coroando-a inclusive e postando-a em seu trono, mesmo em estado de putrefação. Esse mito não encontra respaldo ou sequer menções bibliográficas, ao menos no que tange à limitada atividade de pesquisa concernente ao presente estudo. Garcia de Resende tratou de assunto similar e que pode ter dado margem à errôneas interpretações, quando escreveu que:

... como o Príncipe foi rei,
sem tardar, mas muita asinha,
a fez alçar por rainha,
sendo morta o fez por lei.²⁷

²⁶ LOPES, Fernão apud SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d., p. 26.

²⁷ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 308.

Contudo, entendemos no trecho acima que teria sido feita rainha, Inês de Castro, por força de lei régia, emanada pela autoridade de D. Pedro, que desta forma submeteu a nobreza à autoridade da morta; porém, essa imagem, via de regra, é associada ao plano físico, como se de fato tivesse sido postado o cadáver de Inês sobre um trono e submetida a nobreza do período à morta, que estaria certamente já em estado de decomposição.

Da mesma forma há a célebre passagem de Luís de Camões, que segundo consta teria bebido na fonte das obras de Fernão Lopes e de Rui de Pina, e que igualmente pôde gerar a mesma natureza de interpretação:

O caso triste e dino da memoria
Que do sepulchro os homens desenterra
Aconteceo da misera e mezquinha
Que depois de ser morta foi Rainha.²⁸

A menção é clara, como vimos com a citação inicial de Petrarca, que a memória do episódio é desenterrada e imortalizada pelos homens por meio das obras literárias (adicionamos nós os processos de construção e re-elaboração de sentidos); e *stricto sensu* pela ordenança a qual Garcia de Resende faz menção, e pelo fato de o cadáver ter sido desenterrado efetivamente para a procissão que o levou ao mosteiro de Alcobaça, onde foi encerrado no mausoléu, sua morada final.

Garcia de Resende parece desfazer o mal entendido ainda no “Cancioneiro Geral”, atribuindo o fato de Inês ter-se tornado rainha, depois de morta, à declaração de D. Pedro, em todos os seus testamentos, de que seria sua legítima esposa. Fica claro na mesma passagem que o autor se referiu à coroação de D. Pedro e Inês de Castro, lado a lado, no mosteiro de Alcobaça, onde depois de mortos, como vimos acima, foram depositados em mausoléus no mesmo transepto do mosteiro.

Em todos seus testamentos
a declarou por molher
e por s’isto melhor crer
fez dous ricos moimentos
em qu’ambos vereis jazer:
rei, rainha, coroados,
mui juntos, nam apartados,
no cruzeiro d’Alcobaça.²⁹

²⁸ CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Edição Escolar comentada pelo Prof. Otoniel Mota. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 126.

²⁹ RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 309.

O terceiro matrimônio de D. Pedro deu-se com Teresa Lourenço, que deu a luz um outro D. João (n. 1357), que futuramente fundou a dinastia de Avis, como mestre da mesma Ordem, sendo rei de Portugal ao suceder seu meio-irmão D. Fernando (filho do casamento de D. Pedro com D. Constança).

CONCLUSÃO

Iniciamos nossa conclusão discordando de um dos autores que emprestaram algumas das informações colhidas para este estudo. Referimo-nos à afirmação de Antonio Sérgio, de que o episódio de Inês de Castro seria “... destituído de significado histórico ...”;³⁰ justificando sua análise:

“... vemo-nos obrigados a menciona-lo, pela sua muita celebridade, pelo interesse humano da tragédia, e pelo lugar que tem na arte, na literatura e nas tradições de Portugal.”³¹

Por outro lado, vimos que o drama de Inês de Castro não se restringiu somente ao interesse humano em sua tragédia, ou pelas manifestações artísticas que se apropriaram de toda a carga dramática que cerca a sangrenta história, ou ainda somente pela literatura e tradições nacionais lusitanas.

Não só a saga de Inês de Castro por seu caráter trágico e como reflexo das tendências de união das coroas ibéricas tem relevante importância na história lusitana, mas lança também luzes sobre a história européia seguinte. Resta saber que de Inês descendem os principais Reis da Espanha, de Portugal, Castela e o Imperador prussiano; bem como o Rei de Nápoles e o Duque de Bregonha.³² Boa parte da História européia seguinte descende da tragédia.

A partir dessa sucessão de eventos pudemos analisar politicamente o período e perceber o quanto os interesses supra-nacionais acabam reduzindo-se a tragédias pessoais, o quanto a macro-história incide na micro-história, o quanto a saga das nações

³⁰ SÉRGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d., p. 25.

³¹ Ibid.

³² Garcia Resende faz uma longa relação dos mandatários políticos descendentes da tragédia. (RESENDE, Garcia. **Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 308.)

aniquila pessoas e destrói “shakespearianas” histórias de amor. E no percurso inverso, o quanto as trajetórias singulares interferem na evolução política dos Estados nacionais.

Para sermos mais específicos: evidenciamos o quanto o ideal de união das coroas castelhana e portuguesa, e os movimentos de resistência a essa tendência provocaram em seus agentes (participantes diretos como no caso de Inês de Castro) conseqüências catastróficas.

O próprio sucessor de D. Pedro, seu filho D. Fernando, é o primeiro a evidenciar essa tendência ao retomar o projeto de união com Castela, apoiado pela burguesia comercial, porém frustrado por infelizes guerras com o reino vizinho.

Desta forma concluímos que nenhum dos eventos que determinaram ou que são decorrentes da morte de Inês de Castro são destituídos de significado histórico, pois a história política não se restringe à história das nações dissociando-se dos indivíduos: somos todos homens políticos.

